

Palhas que transformam vidas: a criação do Museu-Oficina da Ilha das Canárias, no Maranhão, Brasil

Straws Transforming Lives: The Creation of the Museum-Workshop of Canary Island in Maranhão, Brasil

Samira Amara Alves e Lorena Sancho Querol



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/eces/3865>

DOI: 10.4000/eces.3865

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica

Samira Amara Alves e Lorena Sancho Querol, « Palhas que transformam vidas: a criação do Museu-Oficina da Ilha das Canárias, no Maranhão, Brasil », *e-cadernos CES* [Online], 30 | 2018, colocado online no dia 15 dezembro 2018, consultado a 23 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/3865> ; DOI : 10.4000/eces.3865



SAMIRA AMARA ALVES, LORENA SANCHO QUEROL

PALHAS QUE TRANSFORMAM VIDAS: A CRIAÇÃO DO MUSEU-OFICINA DA ILHA DAS CANÁRIAS, NO MARANHÃO, BRASIL *

Resumo: Este artigo apresenta a experiência de criação colaborativa de um museu de comunidade numa ilha do Delta do Rio Parnaíba, no Brasil. Tendo por base os princípios da Museologia Social, os desejos e necessidades da comunidade da ilha, e também um processo de inventário participativo, optámos por desenvolver uma nova tipologia de museu: o Museu-Oficina. Associamos, assim, museologia e revitalização de saberes ancestrais à geração de um rendimento essencial às pessoas envolvidas no projeto. Sob o nome Museu Oficina da Ilha das Canárias, a iniciativa foi coproduzida pela comunidade, a academia e várias associações e instituições locais, sendo hoje dinamizada pela comunidade. Mapas coletivos, educação patrimonial feita à medida das pessoas e uma extraordinária diversidade de expressões culturais – condenadas a desaparecer no silêncio de uma natureza exuberante –, motivaram a nossa caminhada.

Palavras-chave: comunidades ancestrais, Delta do Rio Parnaíba, inventário participativo, museu-oficina, museologia social.

STRAWS TRANSFORMING LIVES: THE CREATION OF THE MUSEUM-WORKSHOP OF CANARY ISLAND IN MARANHÃO, BRASIL

Abstract: This article presents the experience of collaborative creation of a community museum in an island of the Parnaíba River delta, in Brazil. Based on the principles of Social Museology, the wishes and needs of the island community and a process of participatory inventory, we created a new museological typology: the Museum-Workshop. We thereby combine museology and revitalization of ancestral knowledge in the island to the generation of income for the people involved in the process. Under the name Canary Island

* Sob o nome “Inventário Participativo. Os modos de saber-fazer associados ao trancado em palha de carnaúba. Ilha de Canarias | Delta do Parnaíba | Meio Norte do Brasil”, o trabalho aqui apresentado foi desenvolvido pela Mestranda Samira Amara Gomes Alves sob a orientação das Professoras Doutoras Áurea Pinheiro, da Universidade Federal do Piauí (UFPI, Brasil) e Lorena Sancho Querol, do Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra (UC, Portugal), no contexto do Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI, entre 2015 e 2017. Este mestrado possui carácter profissional, isto é, o trabalho terminado deverá gerar resultados úteis à sociedade, motivo pelo qual é necessário trabalhar sobre problemáticas reais e em parceria com os/as respetivos/as protagonistas, devendo ainda as iniciativas e os novos projetos ser sustentáveis por si mesmos.

A investigação foi igualmente realizada no contexto de uma bolsa de Professor Visitante do Exterior, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PVE-CAPES-BRASIL), com o número de processo 1236148, obtida pela segunda autora.

Museum-workshop, the initiative was co-produced by the community, the academia and various associations and local institutions, and it is nowadays managed by the local community. Collective maps, customized heritage education and an extraordinary diversity of cultures and knowledge – otherwise doomed to disappear in the silence of an exuberant nature –, prompted the hike.

Keywords: ancestral communities, Museum-workshop, Parnaíba River delta, participatory inventory, social museology.

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos o processo de criação colaborativa de um projeto de museologia comunitária: o Museu-Oficina da Ilha das Canárias (MOC). Este desenvolve-se numa pequena ilha situada no Nordeste do Brasil, na região do Delta do Rio Parnaíba: a Ilha das Canárias. Apoiada por profissionais de diversas áreas e por instituições de diferentes naturezas e procedências, uma das comunidades tradicionais desta ilha escolheu um conjunto de saberes ancestrais relacionados com os usos da folha da carnaúba para construir um processo de valorização, preservação e ressignificação de um artefacto de pesca artesanal de utilização corrente no cotidiano comunitário: o Urú.¹

A Ilha das Canárias situa-se num território complexo, tanto pelas especificidades de sua ancestralidade de raiz pré-colonial, quanto pela delicada trama de relações que se foram desenvolvendo pelo facto de se tratar de uma Unidade de Conservação (UC). Constitui um património natural único de exuberante beleza cénica, onde vive uma população tradicional de pescadores, artesãos e artesãs, mestres e mestras populares e conhecedores de saberes-fazer diversos, cujas especificidades e experiências integram a diversidade cultural brasileira.

Ao longo das próximas páginas apresentamos o contexto natural onde se desenvolve o projeto museológico: uma Unidade de Conservação na qual se torna urgente dinamizar iniciativas de valorização e sensibilização ambiental, cultural e patrimonial. Da mesma forma descrevemos o processo de criação do MOC, um projeto que vincula o conceito de museu de comunidade procedente da Museologia Social com o de oficina, a partir de um processo de inventário participativo que coloca a atenção nos exercícios de transmissão, revitalização e ressignificação de saberes locais em vias de extinção e na formação interdisciplinar da comunidade. Apresentamos igualmente cada uma das ferramentas que integraram o Plano de Trabalhos criado junto da população local para proceder ao inventário participativo do objeto de estudo. Composto

¹ O termo “urú” é utilizado pela população que habita a ilha para se referir a um cesto de forma oval utilizado na pesca artesanal. No entanto, não existe documentação relacionada com este termo no referido contexto, motivo pelo que, quer no presente artigo, quer no trabalho final de mestrado do qual ele resulta, optámos por utilizá-lo tal como é pronunciado pela população da Ilha das Canárias, isto é, com acento no último “u”.

por uma cartografia cultural; por um Plano de Educação Patrimonial feito à medida da comunidade, das suas necessidades e anseios; e ainda por um museu-oficina onde a comunidade se reinventa a cada dia no exercício dos seus saberes e na partilha de novas criatividade, o Plano de Trabalhos mostra de forma clara a fisionomia da nossa caminhada.

Entre as dificuldades encontradas pelo caminho é possível salientar o perfil da população local: uma comunidade de baixo nível de escolarização, bastante fechada sobre si, receosa da presença externa, e onde ainda se sentem os resquícios de uma ancestralidade própria das sociedades pré-coloniais. Uma comunidade descrente das posturas académicas, precisamente porque com frequência essas posturas se limitam a recolher informações sem, na verdade, contribuir para a melhoria das dinâmicas quotidianas da vida na ilha.

Encontrámos também um grupo de pessoas que ansiavam por mudanças, que se mostravam recetivas a novas partilhas, prontas a construir outros caminhos e a valorizar os saberes e experiências que as tornam mestras da vida e do lugar. Com elas trilhámos um caminho sólido de aprendizagens. Com elas demos um novo significado e muitos e bons usos à palavra museu.

1. O DELTA DO RIO PARNAÍBA: UMA RESERVA NATURAL ONDE OS SABERES SE EXTINGUEM NO SILÊNCIO

O Delta do Rio Parnaíba é um território caracterizado pela sua extraordinária biodiversidade. Possui uma cultura fluvial ancestral própria da zona costeira do litoral Atlântico, em sua porção do Leste maranhense.

Este rio é um dos mais extensos e expressivos rios do Brasil e, ao mesmo tempo, um divisor natural de duas regiões importantes do Nordeste brasileiro: os estados do Maranhão e do Piauí. Nas margens do Parnaíba, como é comum na constituição dos territórios ribeirinhos no Brasil, diversas populações nativas foram-se estabelecendo e, com o desenvolvimento do processo de colonização, a ocupação foi dando lugar a vilas que posteriormente se transformaram em cidades de pequena e média dimensão.

O Parnaíba possui uma extensão de mais de 1400 quilómetros que percorrem diferentes biomas – como o Cerrado, o Caatinga e o Costeiro – constituindo um relevante elemento hidrográfico do Nordeste do Brasil. No Sul, o rio tem origem na Chapada das Mangabeiras, região limite entre os estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins. No Norte, a sua foz desagua no Atlântico, onde a desembocadura adquire uma forma deltaica. Trata-se de um delta em mar aberto ou oceânico – à semelhança do Nilo (África) e do Mekong (Ásia) –, sendo o único em mar aberto das Américas.

A palavra delta é utilizada convencionalmente pela semelhança visual entre a forma que esses rios ganham na sua desembocadura e a quarta letra do alfabeto grego, o delta (Δ). Trata-se de um acidente geográfico onde, no caso específico do Delta do Parnaíba, a forma triangular adquirida se estrutura em cinco braços, ou barras.² Nesse espaço físico formou-se um arquipélago com mais de 70 ilhas, algumas habitadas apenas por uma fauna silvestre, outras de propriedade particular, e outras ainda habitadas por populações tradicionais. No documento do Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba consta tratar-se:

de um tipo de desembocadura múltipla, ramificada em um arquipélago com cerca de setenta ilhas de variadas dimensões, separadas por canais fluviais labirínticos. O Parnaíba chega ao Atlântico através de cinco barras, quatro das quais situadas no Maranhão e apenas uma no Piauí. (Brasil, s.d.: 25)

As quatro barras localizadas no estado de Maranhão são: Tutóia, Melancieira ou Carrapato, Caju e Canárias.³ A quinta e única localizada no estado do Piauí é a barra do Igarçu. Estima-se que 70% do Delta se localize no estado do Maranhão, situado na área de transição entre a Região Amazônica e o Cerrado brasileiro, ficando os outros 30% localizados no estado do Piauí. A área total do Delta é de aproximadamente 2700 quilômetros quadrados, com distribuição retangular formada pela orla litoral, dunas, igarapés, mangues, restingas, ilhas e ilhotas (Gandara, 2008: 87).

Neste exuberante cenário a presença humana ainda se sente de forma discreta, sendo composta eminentemente⁴ por comunidades piscatórias que baseiam a sua subsistência na pesca artesanal. Estas são, ao mesmo tempo, guardiãs de um território cuja natureza e culturas requerem cuidados diversos e atentos, e também um conceito próprio de sustentabilidade capaz de estabelecer um diálogo respeitoso entre os usos originários de técnicas ancestrais de sobrevivência e os novos interesses turísticos que se revelam, com frequência, pouco cuidadosos para com a natureza, as comunidades locais e suas formas de vida tradicionais.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) brasileiro, as Unidades de Conservação encontram-se divididas em dois grandes grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Neste segundo

² Barras é um termo sinónimo de braços, ou seja, refere-se às cinco ramificações de maior extensão nas quais se divide o rio no seu desaguar no oceano.

³ As barras são aqui referidas no sentido oeste-leste, indo do estado do Maranhão em direção ao estado do Piauí.

⁴ Nas ilhas do Delta há outras presenças: existem ilhas que são propriedade privada (geralmente de famílias de alta classe e/ou de pessoas dedicadas à política, e ainda de estrangeiros), existem ilhas que são alvo de uso pelas agências turísticas e pelos hotéis e restaurantes.

grupo estão incluídas as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (Brasil, 2000a). O Delta do Parnaíba faz parte de uma UC incluída na tipologia designada por Área de Proteção Ambiental (APA), no contexto das Unidades de Uso Sustentável – definida pelo Decreto s/n.º de 28.08.1996 (Brasil, 1996) – e apresenta um perímetro de 460 812 metros e uma área aproximada de 313 800 hectares (ibidem). Segundo a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o SNUC, a categoria de uso sustentável possui como objetivo básico “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (Brasil, 2000a: art.º 7, § 2). Da mesma forma, tem também como objetivo “melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais; e preservar as culturas e as tradições locais” (Brasil, 1996: art.º 1, itens IV, VI).

A APA Delta do Parnaíba estende-se para além daquele Delta, sendo formada por partes das três Unidades da Federação: Maranhão, Piauí e Ceará. Constitui assim um programa de proteção das áreas em torno dos estuários dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba.

Dentro da APA localiza-se, em sobreposição, uma outra UC denominada Reserva Extrativista Marinha Delta do Rio Parnaíba (RESEX), sendo este o território onde o nosso projeto se insere. Esta RESEX foi instituída há pouco mais de 18 anos (Decreto Governamental s/n.º de 16 de novembro de 2000 – cf. Brasil, 2000b) e carece até ao momento de um plano de gestão obrigatório e extremamente necessário a uma gestão eficaz. Assim como a APA, a RESEX também faz parte do grupo das Unidades de Uso Sustentável, motivo pelo que apresenta os mesmos objetivos, mas com maiores especificidades, restrições e um controlo mais pontual.⁵ Segundo a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, a RESEX é:

uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (Brasil, 2000a: art.º 18).

⁵ Os dados oficiais sobre a APA e a RESEX podem ser consultados no site do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2246-apa-delta-do-parnaiba>; e em <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2289-resex-delta-do-parnaiba>.

2. A ILHA DAS CANÁRIAS: ENTRE ANCESTRALIDADE E RESISTÊNCIA

O projeto a que dedicamos este artigo encontra-se localizado na Ilha das Canárias (ver Figura 1). Esta ilha é a segunda maior do Delta, sendo também uma das mais representativas da cultura ribeirinha e deltaica. Com uma área aproximada de 27 021,69 hectares e um perímetro aproximado de 104 931 quilómetros (Brasil, 2000b), as Canárias estão integralmente incluídas na RESEX.⁶



FIGURA 1 – Margens ribeirinhas da Ilha das Canárias na zona onde se situa a comunidade piscatória que fabrica o urú

Autoria: Samira Alves, 2016.

Localizada no extremo Oeste de Araiões,⁷ estado do Maranhão, a ilha revela a realidade socioeconómica paradoxal deste município: os baixos índices sociais não condizem com a sua localização geográfica de enorme riqueza natural, propícia ao desenvolvimento das atividades rurais, assim como de ações voltadas para o património cultural e para o turismo de natureza. A cultura existente em Araiões reflete, predominantemente, as influências indígena e cristã, estando esta última estreitamente

⁶ Um exemplo de mapa mostrando a Área de Protecção Ambiental e a fisionomia do Delta encontra-se disponível em <https://www.trilhaseaventuras.com.br/wp-content/uploads/2015/12/Mapa-Delta-do-Parnaiba.jpg> (consultado a 12.02.2019).

⁷ O município de Araiões compreende grande porção das ilhas e do território do Delta. Possui em sua área costeira, insular e territorial 1782,600 quilómetros quadrados, com a população estimada num total de 46 074 habitantes, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Araiões apresenta ainda hoje elevados níveis de pobreza, evidenciados pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), na ordem dos 0,521, de acordo com o último censo, realizado em 2010, e disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).

ligada ao processo de colonização e sendo especialmente visível na religiosidade popular local.

A partir da historiografia sobre aquela região litorânea da costa norte do Brasil, é possível perceber a existência de povos indígenas, antes, durante e após os processos de colonização europeia. Nomeados pelos colonizadores de Tremembé, alguns cronistas referiram-se-lhes como “Nação Tremembé de Guerra”, por se tratar de povos guerreiros (Borges, 2010).⁸ Tais dados levantam a hipótese de a ilha ter sido habitada por esses grupos indígenas que possuíam como base da sua economia uma cultura piscatória. Observam-se também diversos hábitos, valores e saberes ancestrais que coexistem misturados com outros gestos do dia a dia entre os/as habitantes das Canárias, entre os quais podemos destacar as artes e objetos relacionados com a prática da pesca artesanal. Na ilha encontramos ainda um ritmo de vida cadenciado, uma constante busca de proteção do território, um modo peculiar de convivência comunitária de forte raiz indígena, uma grande presença de hábitos pautados pelo contacto com a natureza e uma marcada relação com o rio e o mar.

As Canárias possuem igualmente uma cultura construída na simbiose entre fatores históricos e naturais e uma população formada por aproximadamente 4000 pessoas. Deste total, 1621 pessoas habitam na comunidade, a mais povoada e formada predominantemente por famílias dedicadas à pesca artesanal. Hábitos, saberes e práticas são transmitidos de forma intergeracional, e também partilhados em contexto comunitário.

Muitos dos saberes de carácter ancestral ainda vivos nesta ilha resultam do facto de ela ter estado isolada durante muito tempo. Isso contribuiu para a existência de dois fatores que nos parecem relevantes para o projeto que aqui apresentamos: o difícil acesso a políticas públicas (educação, saúde, saneamento, habitação, cultura), e a preservação de uma cultura de base ancestral. Enquanto o património natural do Delta é alvo de estudo no âmbito de trabalhos desenvolvidos na RESEX por instituições como a Universidade Federal do Piauí, e por Organizações Não Governamentais locais e externas, o património cultural carece no geral de identificação e estudo, não tendo sido inventariado até à presente data, já que existe apenas um número bastante limitado de pesquisas aprofundadas sobre o assunto.

Os diversos fatores até aqui referidos, junto com os processos de modernização geralmente carentes de critérios de atuação sustentáveis e da iminente perda de um património cultural ancestral, constituíram os grandes argumentos para iniciarmos os

⁸ Há documentos que refletem que a posse do território ficou sob domínio dos nativos até ao início do século XVIII, não podendo o território ser considerado efetivamente província portuguesa até esta data. Este povo foi sempre descrito como guerreiro, dominador do seu espaço e autónomo. Disso decorre a denominação europeia de “Província dos Taramembes de Gverra” (Borges, 2010).

trabalhos junto da comunidade mais populosa e expressiva da ilha: a comunidade das Canárias.

3. SABERES DA ILHA: O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO SABER-FAZER DO URÚ

Os primeiros contactos com a Ilha das Canárias tiveram lugar em 2013, aquando dos estudos desenvolvidos pela primeira autora do artigo no âmbito de um curso de Pós-Graduação em Gestão Cultural, na Faculdade SENAC-Minas (Belo Horizonte, Minas Gerais, no Brasil). Na altura, o objetivo era investigar o território para estruturar um projeto final de curso em que se propunha a criação de um museu para a região do Delta do Parnaíba.

Posteriormente, os estudos realizados a partir de 2015 no âmbito do Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia (UFPI) permitiram-nos dar seguimento aos diálogos, aprofundar os conhecimentos relativos à população, às suas formas de vida, ao território, aos recursos e marcas do desenvolvimento (positivas e negativas), e também aplicar uma ferramenta útil à salvaguarda coletiva das dimensões ancestrais da sua cultura: o Inventário Participativo (IP).⁹ Com este objetivo, o IP foi realizado sobre um artefacto próprio da pesca artesanal produzido pelos pescadores da comunidade das Canárias: um cesto em palha denominado urú (Figura 2), cuja matéria-prima são as folhas de uma árvore da família botânica Arecaceae, a carnaúba ou Copernicia prunifera (Miller) H.E. Moore (Figura 3), típica da região do Delta, e proveniente de uma zona do Nordeste brasileiro.

O urú é um artefacto de carácter utilitário confeccionado com matéria-prima natural. Trata-se de um cesto com alça única, cujo trançado regular e com pequenos e contínuos espaçamentos vazados o torna um objeto adequado ao transporte de peixes, uma vez que a água escorre, possibilitando mais leveza e o armazenamento de uma maior quantidade de peixe. O seu desenho com uma base larga e um estreitamento da cavidade central superior, através do qual o peixe é colocado no interior, evita que o peixe consiga escapar pela parte superior, o que lhe confere maior eficácia no exercício da atividade piscatória. Além do uso principal no quotidiano da pesca, o urú serve também outros usos paralelos como o transporte de frutos ou castanhas, ou ainda como cesto de compras, quando utilizado pelas mulheres da comunidade (Alves, 2017: 94).

⁹ O Inventário Participativo é a variante plenamente democrática desta função patrimonial e museológica. Pode ser definido como “a intervenção de pessoas e comunidades na identificação e na documentação dos seus recursos culturais, o que envolve o seu reconhecimento como elementos de identidade local e pessoal, isto é, como Património Cultural” (Sancho Querol, 2013: 181). Com este objetivo, os trabalhos realizados respeitaram sempre o “Princípio da participação”. No contexto da Museologia, este princípio pode ser definido como “o direito de todo o ser humano a intervir nos processos de identificação, construção e definição dos conceitos, dimensões e significados da realidade histórica e cultural de um determinado coletivo, através do museu e com vista ao desenvolvimento local, isto é, a participar ativamente no processo contemporâneo de patrimonialização” (ibidem: 178).

As ferramentas usadas ao longo desta primeira fase de estudo (observação participante, entrevistas individuais, rodas de conversas, história oral e mapeamento coletivo) permitiram-nos perceber que, apesar de constituírem uma expressão material singular e uma referência cultural relevante para esta cultura, artefactos como o urú constituem um património em situação de risco devido a diversos fatores. Entre eles encontra-se a substituição dos mesmos por objetos industrializados, tais como sacos de plástico, o que faz com que as tradições e os saberes locais a eles associados se vão paulatinamente diluindo. Da mesma forma, a substituição de um objeto feito em matéria-prima natural por outro industrial confeccionado em plástico, cujo abandono se dá de modo indiscriminado no contexto do Delta, apresenta consequências ambientais graves. Para além disso, tem-se vindo a traduzir numa progressiva diminuição do número de mestres ativos: não só devido à idade, mas também ao próprio abandono da prática regular do saber-fazer. Esta frágil transmissão do saber poderá mesmo conduzir à sua extinção.



FIGURA 2 – Urú

Autoria: Samira Alves, 2016.



FIGURA 3 – Carnaúba

Autoria: Samira Alves, 2016.

Neste contexto, o IP do urú permitiu-nos realizar um primeiro diagnóstico sobre um tipo de bem profundamente representativo da cultura ancestral desta ilha, constituindo, ao mesmo tempo, o primeiro passo de um processo de salvaguarda colaborativa que tem contribuído desde então para valorizar e proteger o património em estudo. Simultaneamente, ajudou a aprofundar e diversificar os níveis de formação da comunidade, bem como a impulsionar a sua emancipação cultural e económica.

A razão que justificou esta opção metodológica relaciona-se com os valores que defendemos no âmbito das nossas pesquisas e que respondem ao conceito de investigação responsável.¹⁰ Optámos assim, por utilizar ferramentas participativas que permitissem envolver a comunidade em todos e cada um dos processos de decisão, ação e avaliação, de forma que passasse a ser a protagonista do processo de salvaguarda da sua própria cultura através da informação, da formação, da sensibilização, da compreensão dos valores que ela apresenta e dos usos atuais e sustentáveis que dela se podem fazer.

Foi assim necessário dotar as pessoas de ferramentas que lhes permitissem: a) agir adequadamente perante a onda de desenvolvimento neoliberal e propositadamente desinteressado pelo respeito da biodiversidade que caracteriza o Delta; b) aprender a valorizar as suas especificidades culturais e a utilizá-las de forma inclusiva, criativa e rentável em prol de um desenvolvimento equitativo (da comunidade e dos seus recursos), o que, neste caso, incluía a geração de uma renda adicional para uma população que sobrevive em condições de marcada fragilidade económica.

Com este objetivo e após diversas conversas, no âmbito da comunidade das Canárias emergiu, consensualmente, um grupo de trabalho formado por pessoas interessadas em dar vida ao IP e a cada um dos desafios subjacentes. O grupo contou inicialmente com 11 artesãos e artesãs conhecedores/as do urú ou interessados/as em conhecer os saberes e práticas a ele associados, e também em contribuir para o seu estudo, transmissão e ressignificação. Os mestres do saber-fazer do urú que participaram foram três, de um total de cinco que atualmente detêm este saber na comunidade. As demais pessoas do grupo partilham laços de parentesco ou comunitários com os mestres locais e desejavam dar continuidade a essa prática; outras eram pessoas movidas pela proposta de realização do IP e portadoras de outros saberes igualmente relevantes para o processo aqui descrito. Na Tabela 1 apresentamos os dados essenciais das pessoas que integraram este grupo de trabalho. O perfil que predomina é o de pessoas com baixo nível de formação existindo, no entanto, uma grande diversidade que se nota entre as pessoas sem escolaridade até às pessoas com ensino fundamental ou médio, havendo uma pessoa que completou o ensino superior. Relativamente à questão de género, embora o urú seja um artefacto produzido essencialmente por homens, o grupo contou desde o início com uma maioria de mulheres interessadas e profundamente ativas.

¹⁰ Investigação e Inovação Responsável ou Responsible Research and Innovation (RRI) é a denominação utilizada pela Comissão Europeia nos seus programas de trabalho sobre “Ciência e Sociedade” (2014-2020), para se referir à pesquisa inovadora envolvendo a sociedade de forma inclusiva e sustentável ao longo dos referidos processos. Mais informação sobre RRI disponível em <https://www.rri-tools.eu/>.

TABELA 1 – Perfil do grupo de trabalho do IP-urú na comunidade das Canárias

Grupo de pessoas-referência	Idade (anos)	Sexo
Três mestres do saber-fazer urú	49 a 67	Masculino
Um pescador/artesão	47	Masculino
Uma artesã com experiência na confecção de outros tipos de cestos com materiais naturais	75	Feminino
Cinco artesãs com experiência em saberes-fazer diversos	27 a 52	Feminino
Uma estudante	20	Feminino

Autoria: Samira Alves e Lorena Sancho Querol, 2017.

Pelo seu perfil, e porque são as protagonistas do IP sem as quais este projeto não teria alcançado o mesmo impacto local, optámos por as denominar “pessoas-referência”. Tal designação deve-se ao facto de serem pessoas que detêm o saber-fazer da realidade cultural em estudo, ou que a ela estão ligadas, e que ajudam a construir o processo de inventário participativo em cada uma das suas fases, partilhando ativamente os seus conhecimentos e experiências.

A partir deste ponto deu-se início a entrevistas temáticas, conforme o conceito proposto pela historiadora Verena Alberti (2013: 48), ou seja, focadas na participação do/a entrevistado/a no tema escolhido, embora acabem com frequência por desembocar na história da sua vida. Estas entrevistas foram fundamentais para o levantamento das primeiras impressões e seleção mútua¹¹ das pessoas com as quais se desenvolveram os trabalhos.

Após a realização das entrevistas, e conhecendo os interesses e vontades do grupo de pessoas-referência (GPR) em definir alternativas que permitissem mudar o rumo fatal desta herança cultural, e também as condições de vida das pessoas envolvidas no projeto, optámos por traçar juntos/as um Plano de Trabalho que visava organizar os vários passos necessários para se obter uma primeira versão do IP.

Tendo em atenção a realidade em estudo e as necessidades percebidas durante o diálogo com a população, o nosso Plano de Trabalho (Figuras 4A, 4B e 4C) organizou-se em três etapas (Alves, 2017: 52):

¹¹ Utilizamos esta expressão para nos referirmos a um processo bidirecional, em que cada uma das partes escolhe a outra para avançar com um desafio de interesse mútuo, que emerge de uma proposta partilhada e consensual, e da produção de um sentimento de empatia igualmente mútuo e evolutivo.

1. Etapa preliminar ou de sistematização

- a) entrevistas iniciais com artesãos e artesãs para conhecer o contexto;
- b) sistematização das informações obtidas nas entrevistas;
- c) seleção colaborativa do saber-fazer a ser inventariado;
- d) identificação colaborativa das pessoas-referência;
- e) **Mapeamento coletivo** da realidade atual do urú;
- f) planeamento colaborativo inicial das oficinas.



FIGURA 4A – Etapa preliminar. Entrevistas iniciais com artesãos e artesãs sobre o saber-fazer do urú

Autoria: Samira Alves, 2016.

2. Etapa de execução

- a) partilha da proposta das oficinas com o GPR, para tomada de decisões finais e elaboração de um “**Plano de Educação Patrimonial**”;
- b) realização das oficinas do referido Plano;
- c) organização de registos e materiais diversos produzidos ao longo das oficinas;
- d) sistematização das fontes documentais sobre a história e cultura da comunidade;
- e) construção do **Inventário Participativo** a partir dos dados recolhidos;
- f) organização do espaço público do **Museu-Oficina**;
- g) estruturação inicial da dimensão económica do projeto.



FIGURA 4B – O GPR nas Oficinas de Mapeamento Coletivo

Autoria: Samira Alves, 2016.

3. Etapa de avaliação

- a) avaliação contínua e partilhada dos processos ao longo do projeto;
- b) avaliação final junto do GPR, para análise geral das contribuições e impactos do projeto.



FIGURA 4C – Sessão de avaliação coletiva dos trabalhos de IP

Autoria: Samira Alves, 2016.

Como resultado do Plano de Trabalho construíram-se os seguintes elementos:

3.1. MAPEAMENTO COLETIVO (MAC)

O MaC do saber-fazer do urú, dos seus métodos e técnicas, e dos artesãos e artesãs a ele ligados/as permitiu-nos perceber a importância deste objeto no quotidiano da pesca artesanal, e também a sua carga identitária e representativa na memória e tradições locais.

Durante as Oficinas de Mapeamento Coletivo foram incorporados recursos diversos, que encorajassem a reflexão a partir de olhares dialógicos (Risler e Ares, 2013: 14), a perceção e valorização da cultura local e a realização de registos técnico-sensíveis. Da mesma forma, foi desenvolvida uma cartografia cultural,¹² através da qual o grupo demarcou os locais onde o saber-fazer acontece – e aos que se encontra associada a recolha da matéria-prima –, a localização do MOC e as artérias principais da vila a partir das quais se desenvolvem as atividades piscatórias e as redes quotidianas de socialização (Figura 5).

A Cartografia Cultural permitiu perceber o território sob a ótica dinâmica, partilhada e multidimensional do GPR, e os trabalhos foram realizados de forma que toda a informação nela incluída fosse consensualizada com os/as participantes e amparada no objetivo comum de compreender e comunicar o território.

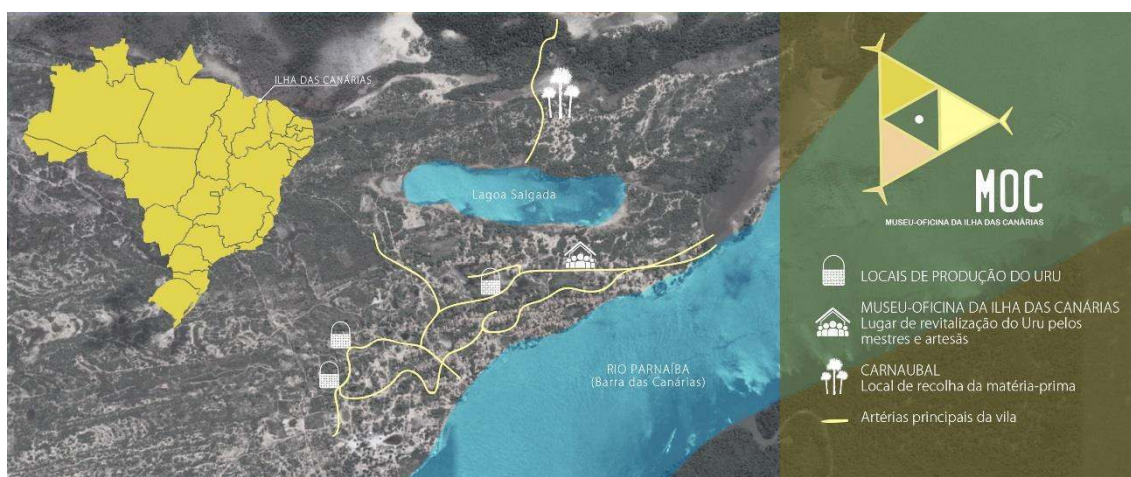


FIGURA 5 – Cartografia cultural da produção do urú na Ilha das Canárias

Autoria: Equipa do MOC, Samira Alves, Lorena Sancho Querol e Fábio Lopes (design).

¹² A cartografia cultural é aqui entendida na perspetiva exposta no “Manual de Mapeo Colectivo” (ver <http://www.iconoclasistas.net/mapeo-colectivo/>), ou seja, como “uma prática, uma ação de reflexão na qual o mapa é apenas uma das ferramentas que facilita a abordagem e a problematização de territórios sociais, subjetivos, geográficos”, sendo o ato de mapear um meio e não um fim, que toma como ponto de partida um processo de intercâmbio de saberes em conjunto com o impulso criativo. Neste sentido, a Cartografia Cultural é “uma ferramenta que mostra uma instantânea do momento no qual se realizou” (Risler e Ares, 2013: 7-8; esta e outras traduções foram realizadas pelas autoras).

3.2. PLANO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (PEP)

O PEP foi estruturado de forma colaborativa pelo GPR junto de duas associações locais (Associação dos Moradores da Ilha das Canárias, Associação dos Trançados da Ilha), três instituições locais (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR/MA, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/MA/PI, Secretaria de Turismo e Cultura de Araioses/MA), especialistas da academia (ligadas à UFPI e ao CES-UC), e um artista plástico local, de forma a estabelecer pontes que permitissem integrar no grupo diversos tipos de conhecimentos e experiências. O objetivo principal consistia em dotar o GPR de conhecimentos, capacidades e estratégias que possibilitassem avançar com os desafios definidos, nomeadamente em direção a uma emancipação progressiva e a uma responsabilização partilhada dos processos em construção a curto e médio prazo.

Com este objetivo o PEP foi implementado no segundo semestre de 2016, tendo sido estruturado em atividades colaborativas de grupo com frequência semanal, agrupadas em três módulos bimestrais (Tabela 2), apresentando cada um deles dois eixos temáticos: inventário e salvaguarda. Do ponto de vista metodológico o PEP foi levado a cabo em sintonia com o GPR e tomando como ponto de partida a sua realidade local. Optou-se por um trabalho cujas ações interligassem teoria e prática na forma de oficinas, cursos, visitas de reconhecimento, rodas de conversas, assembleias coletivas e intervenções artísticas (Alves, 2017: 58).

Desta forma, ao longo dos três módulos foi realizado um total de 22 atividades ao longo de 128 horas, entre as quais se incluíram 12 oficinas temáticas, um curso de especialização, uma visita de reconhecimento, uma análise do espaço, quatro grupos de conversa, uma assembleia coletiva para organizar o espaço de trabalho e proceder à montagem do Museu-Oficina, uma intervenção artística e uma feira de artigos em segunda mão. Simultaneamente foram-se organizando rodas de conversas para dinamizar a tomada de decisões conjuntas e a realização de ações coletivas necessárias à realização de cada passo, bem como à captação dos recursos necessários. No final de cada módulo foram igualmente recolhidas e analisadas as perceções coletivas sobre cada uma das ações executadas, tendo sido feitas avaliações coletivas e contínuas de cada uma das atividades.

Foram assim apresentados e exercitados conceitos e ferramentas práticas de trabalho procedentes de áreas como a economia da cultura, a gestão cultural, a museologia social ou o desenho colaborativo, entre outras. Na Tabela 2 mostramos a forma como foram organizadas as atividades do Módulo 01, desenvolvido durante os meses de julho e agosto de 2016.

TABELA 2 – Cronograma de oficinas do 1.º bimestre do PEP

Plano de Educação Patrimonial para o grupo de pessoas-referência 1.º bimestre – julho/agosto de 2016					
N.º Act.	Data	Eixo	Atividade	Título e objetivo	Carga horária
Julho					
01	03.07.2016	Inventário	Roda de conversa	Organização participada para implantação do projeto – Samira Alves Objetivo: compartilhar o projeto para apreciação e decisão participada das ações a serem realizadas.	2h
02	10.07.2016	Inventário	Oficina	Construção do inventário – O território – Samira Alves Objetivo: mapear coletivamente o território, identificando os aspetos geográficos, estruturais, simbólicos e também os usos que dele fazem as pessoas da comunidade.	2h30
03	17.07.2016	Inventário	Oficina	Produção de paneiro/cofo – Mestre local, Maria Odete F. de Souza Objetivo: partilhar os conhecimentos sobre o saber-fazer do paneiro/cofo com os integrantes do grupo.	2h30
04	24.07.2016	Inventário	Oficina	Construção do inventário – O Lugar – Samira Alves Objetivo: dar continuidade ao mapeamento do território com ênfase nos aspetos históricos e culturais	3h
05	30.07.2016	Inventário	Oficina	Construção do inventário – O saber-fazer – Samira Alves Objetivo: perceber práticas, materiais, métodos e técnicas usadas na confeção do urú.	3h

Agosto					
06	07.08.2016	Inventário	Oficina	Produção de urú – Mestre Local, Francisco Louro Objetivo: artilhar os conhecimentos sobre o Uru e o saber-fazer a ele relacionado, com o GPR	3h
07	07.08.2016	Salvaguarda	Análise do espaço	Implantação do Museu-Oficina – Samira Alves e Pessoas-Referência Objetivo: analisar conjuntamente o espaço pretendido para a implantação do Museu-Oficina.	30 min
08	12.08.2016	Salvaguarda	Visita de reconhecimento	Visita a um caso de sucesso – Associação Trançados da Ilha Objetivo: conhecer boas práticas de valorização de patrimónios locais em funcionamento no entorno.	2h
09	De 17.08.2016 a 20.08.2016	Inventário e salvaguarda	Curso	Curso para aperfeiçoamento no trabalho com palha – SENAR/MA Objetivo: aperfeiçoar o manuseamento da palha, iniciar processos de tingimento, ressignificar o objeto inventariado, aprender outros fazeres com a palha.	36h
10	04.09.2016	Inventário e salvaguarda	Grupo de conversa	Inventário e salvaguarda – Conceitos e práticas – Samira Alves Objetivos: avaliar etapa inicial e programar a segunda etapa do projeto a partir dos conceitos de inventário e salvaguarda.	2h30

Autoria: Samira Alves (2017: 116) e Lorena Sancho Querol.

O PEP permitiu estreitar e fortalecer laços no seio do GPR, e também entre este e as autoras do artigo, as instituições que foram dando apoio na formação, a comunidade das Canárias que vivenciou connosco muitas das ações, e os/as profissionais que ministraram as oficinas e cursos. Da mesma forma fomos percebendo juntos/as de que maneira podíamos proceder à adaptação do conceito e dos usos do termo “museu”, do termo “património cultural”, do processo de patrimonialização ou do conceito e dos procedimentos de IP¹³ num contexto como o da Ilha das Canárias. O nosso objetivo era

¹³ Ver nota 11.

tornar cada um deles verdadeiramente acessível e útil ao perfil do grupo, às características, potenciais e ameaças existentes na ilha, e aos objetivos que nos tínhamos proposto. Como consequência surgiram durante o trabalho de equipa, significados e usos mais apropriados ao processo que tínhamos entre mãos.

O Património Cultural foi definido a partir de olhares mais abertos, flexíveis e dinâmicos (Chagas, 2007; Varine, 2013: 63; Gonçalves, 2009; Sancho Querol e Sancho, 2014: 11) como o resultado de um processo de identificação e seleção de realidades que, pela sua carga simbólica, e pelo seu poder de representação e de comunicação, refletem a evolução da sociedade, das suas formas de vida, e dos valores culturais a ela associados.

Da mesma forma optamos por falar em “patrimonialização informal” pelo fato de não estarmos a seguir os procedimentos burocráticos definidos em território brasileiro para efeitos de registo de património imaterial estando, no entanto, a efetuar todo um conjunto de ações de carácter plenamente participativo que visam o estudo, a documentação, a sensibilização, a transmissão e a revitalização de um saber-fazer local em vias de extinção.

3.3. O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO URÚ (IP-URÚ)

A informação recolhida junto do grupo ao longo do processo de mapeamento, durante as atividades do PEP e também no dia a dia dos trabalhos conforme o grupo foi ganhando uma anatomia e uma estratégia de atuação próprias, foi posteriormente organizada seguindo as pautas estabelecidas pelo Manual de Educação Patrimonial do IPHAN.¹⁴ Assim, utilizando como base as fichas de documentação do Manual foi possível perceber quais as informações que tinham ainda de ser recolhidas de forma a finalizarmos uma primeira versão de IP-Urú.

Este IP define-se como um inventário ativo (Sancho Querol, 2016: 367) isto é, em constante construção e aberto à intervenção da comunidade nas suas mais variadas formas, sendo formado por seis campos de estudo (Alves, 2017: 52):

1. Dados do Projeto – título, instituição, pesquisadora responsável, entrevistados/as, instituições participantes, período de realização.
2. Território – denominação, localização, história, dados socioeconómicos.

¹⁴ Manual simplificado e acessível de inventário de referências culturais, o “Educação Patrimonial: Inventários Participativos – Manual de Aplicação” conceitua como referência cultural “as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado, são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura” (VV. AA., 2016: 8).

3. Lugares e Usos – identificação, elementos naturais/construídos, usos.
4. Pessoas-Referência – mapeamento dos/as artesãos e artesãs que detêm o saber-fazer relativo ao Urú.
5. Objeto – descrição, história, localização no território, usos do urú.
6. Saber-fazer – descrição, história, matéria-prima, ferramentas utilizadas, vocabulário, etapas de confecção, técnica, expressões corporais, transmissão.

4. ENTRE MUNDOS E MÃOS: A CRIAÇÃO DO MUSEU-OFFICINA DA ILHA DAS CANÁRIAS

Precisamos um novo tipo de museu, ativista, em transição, uma instituição que articule e apresente as novas narrativas “que substituam as tendências expansionistas desatualizadas e inatas da humanidade” (Rees 2010: 13). Isto, por sua vez, exigirá uma nova forma de pensar o trabalho museal, um pensamento sistêmico. O pensamento sistêmico aplicado aos museus traduz-se em “interligação e interdependência – estrutura organizacional colaborativa, autoridade compartilhada e forte envolvimento comunitário” (Jung e Love 2017: xiii). (Janes e Sandell, 2019: 7)

O MOC foi criado em consonância com os valores e ferramentas utilizados pela Museologia Social e junto da comunidade (Sancho Querol e Sancho, 2015: 215-216; Sancho Querol et al., 2017: 113). Trabalha com metodologias de participação plena¹⁵ e privilegia o diálogo entre saberes locais e acadêmicos. Foi cocriado pela comunidade em parceria com as autoras do artigo e, na atualidade, é integralmente gerido pelo GPR com presença pontual da academia. Constitui um espaço colaborativo que promove o diálogo intergeracional e aberto nos campos da identidade, da cultura e do património.

A ideia de Museu-Oficina surgiu em resposta as necessidades sentidas no lugar e às características das pessoas que formam o GPR. A certa altura do processo confirmámos a necessidade de criarmos um espaço cultural a ser organizado coletivamente e de forma colaborativa junto dos artesãos e artesãs. Ouvindo-os percebemos como recorrente a necessidade de um espaço próprio, específico, organizado por eles/as e para eles/as; um espaço aberto à produção artesanal no seio

¹⁵ Nos seus trabalhos sobre participação, Carole Pateman (1992 [1970]: 70-71) refere como a Participação Parcial acontece nos processos em que duas ou mais partes se influenciam entre si na tomada de decisões, recaindo o poder da decisão final apenas numa delas, enquanto a Participação Plena acontece nos processos em que todas as pessoas que integram um órgão de decisão têm o mesmo poder para tomar a decisão final.

da comunidade, um espaço de dinamização de saberes, e também de obtenção de renda.

Assim, e considerando as especificidades do grupo e a necessidade de mantermos a realização de oficinas para a consecução de objetivos comuns, criamos o conceito de museu-oficina. O museu-oficina é para nós, um museu e um espaço de oficinas ao mesmo tempo. Museu porque documenta e comunica a cultura, a memória e os saberes locais contribuindo para o seu conhecimento e valorização. Oficina porque constitui um lugar de partilha, transmissão de saberes ancestrais e expressão de criatividade locais, no seio de uma comunidade singular cujas raízes se configuram nas relações cotidianas com o rio, o mar, o delta e os mangues, ou seja, com a água.

Espaço de novas e boas vivências na ilha, o MOC tem-se revelado um espaço agregador e tem possibilitado variados tipos de ações, desde a troca de saberes, à (re)construção de fazeres, o fortalecimento de laços intercomunitários e a definição e ativação de diversas redes locais (Figura 6). Constitui ainda, um espaço fundamental para aprofundar as pesquisas realizadas e para manter ativo o processo de salvaguarda coletiva iniciado com o MaC, o PEP e o IP.



FIGURA 6 – Vista geral do MOC em finais de 2016

Autoria: Samira Alves.

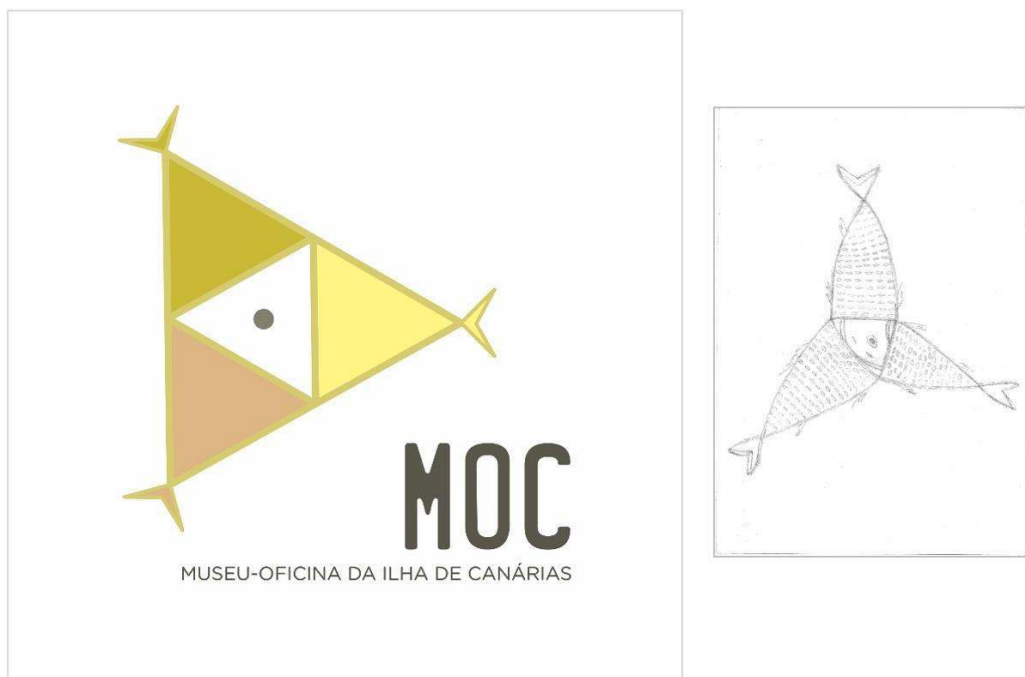


FIGURA 7 – Logotipo do MOC

Créditos: autoria colaborativa a partir da ideia do artesão Francisco Oliveira (desenho a lápis à direita) e da investigadora Samira Alves. Design final: Vítor Veríssimo.

Quanto à sua classificação, o MOC é um museu de comunidade (Varine, 2013) que visa valorizar, dinamizar e partilhar o território, a história e a cultura piscatória local e, mais concretamente, a pesca artesanal praticada pela população que habita a comunidade das Canárias. Queremos, assim, contribuir para que os modos de vida locais sejam adequadamente integrados no dia a dia da população, com a educação e a ação cultural coletiva como instrumentos basilares de atuação.

Das 11 pessoas que participaram da construção dos elementos anteriormente referidos permanecem até hoje sete, às quais se somaram nos últimos meses três novos integrantes. Desta forma, são atualmente dez as pessoas que compõem o GPR e que organizam o espaço e as funções cotidianas de forma colaborativa para manter o MOC de portas abertas.

Tendo por missão a valorização e promoção da cultural local e a melhoria da qualidade de vida da população da ilha através de redes de aprendizagem não formal, do exercício da criatividade individual e coletiva e de um trabalho voltado para a economia da cultura, o MOC desenvolve hoje as funções de registo, expografia, educação patrimonial, comunicação, e preservação dos bens culturais que se encontram na base da sua criação. Da mesma forma, subsiste hoje do rendimento gerado com a venda do artesanato desenvolvido a partir dos processos de ressignificação do urú, aplicando os critérios do comércio justo.

REFLEXÕES FINAIS

O exercício quotidiano de escuta e partilha de experiências, de codecisão e de coprodução do caminhar junto das pessoas que conhecem e habitam o território desde há séculos, é tão enriquecedor como necessário para todas e cada uma das partes envolvidas num processo como o que aqui apresentamos.

Da mesma forma, atuar numa Unidade de Conservação requer uma habilidade e um cuidado especiais relativamente aos mecanismos de ordenação territorial, aos métodos de trabalho e às prioridades que guiam o processo de atuação. Por este motivo, torna-se igualmente relevante atuar de forma integrada, participativa e sensível às especificidades do lugar e das suas gentes.

Sob esta perspetiva quisemos, ao longo do Plano de Trabalhos, contribuir para a produção de novas conexões e para a estruturação progressiva de um trabalho de ressignificação cultural que valoriza a singularidade, o simbólico e a criatividade local, assentando assim as bases do projeto sobre os pilares da economia criativa (Reis, 2008: 9).

O MOC é hoje um lugar de memórias ativas, produtivas e progressivas. É um lugar com valor agregado pela revitalização de um conjunto de práticas de vida locais, e por isso, um projeto com vitalidade própria. Define-se, a cada passo, numa escala de pequenos equilíbrios entre as esferas económica, social e ambiental, orquestradas pela esfera cultural. O MOC resgata e fortalece conhecimentos e relações entre o ser humano e a natureza, mas também no seio da comunidade, entre géneros e gerações; estabelece novas redes e define possibilidades de desenvolvimento da comunidade e da ilha, otimizando recursos locais.

Desta forma, com o início de 2019 estão a ser definidos novos objetivos e estratégias que permitam reforçar o caminho iniciado em 2015. Muitos são os desafios: os escassos recursos e a necessidade de captação de apoios até agora não conseguidos, o respeito pelos valores originais do projeto a longo prazo, a progressiva e necessária ampliação da formação do GPR para a manutenção da sua autonomia de ação e a consolidação de uma gestão plenamente participativa e responsável.

Entretanto, este pequeno Museu-Oficina, único na sua espécie – até agora – no Nordeste do Brasil, abre portas a novas formas de afirmação e valorização da diversidade social, cultural e natural que sobrevive no Delta e que se encontra hoje profundamente ameaçada.

Revisto por Rita Cabral

SAMIRA AMARA ALVES

Universidade Federal do Maranhão
Rua Projetada S/N, Perímetro Urbano – Campus UFMA, São Bernardo – MA, 65550-000, Brasil
Contacto: sam_amara@hotmail.com

LORENA SANCHO QUEROL

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: lorenaquerol@gmail.com

Artigo recebido a 28.02.2018

Aprovado para publicação a 04.01.2019

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberti, Verena (2013), Manual de História Oral. Rio de Janeiro: FGV [3.^a ed.].
- Alves, Samira Amara (2017), “Inventário participativo: os modos de saber-fazer associados ao trançado em palha de carnaúba. Ilha de Canárias Delta do Parnaíba | Meio Norte do Brasil”. Dissertação de Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia apresentada na Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, Brasil.
- Brasil (1996), Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto de 28 de agosto de 1996. Consultado a 10.05.2016, em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antior%20a%202000/1996/dnn4368.htm.
- Brasil (2000a), Decreto-lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Consultado a 24.04.2015, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm.
- Brasil (2000b), Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto de 16 de novembro de 2000. Consultado a 10.07.2016, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/DNN9084.htm.
- Brasil (s.d.), Plano de gestão e diagnóstico geo-ambiental e socioeconômico da APA do Delta do Parnaíba. Fortaleza: Tipoprogresso/MMA/IBAMA – Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/IEPS – Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais da UECE.
- Borges, Jóina F. (2010), “Os senhores das dunas e os adventícios d’além-mar: primeiros contatos, tentativas de colonização e autonomia tremembé na Costa Leste-Oeste (séculos XVI e XVII)”. Tese de Doutorado em História apresentada no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.
- Chagas, Mário (2007), “Casa e portas da memória e do patrimônio”, *Em Questão*, 13(2), 207-224.

- Gandara, Gercinair Silvério (2008), "Rio Parnaíba... cidades-beira". Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasil.
- Gonçalves, José R. S. (2009), "Patrimônio como categoria de pensamento", in Regina Abreu; Mário Chagas (orgs.), *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 21-29.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Município de Araíoses. Consultado a 20.05.2016, em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/araioses/panorama>.
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (2016), Consultado a 15.06.2016, em <http://mapas.icmbio.gov.br/i3geo/icmbio/mapa/externo/home.html?k78e7etjhllsvik139au13c2u3>.
- Janes, Robert R.; Sandell, Richard (orgs.) (2019), *Museum Activism*. London/New York: Routledge.
- Pateman, Carole (1992), *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Tradução de Luiz Paulo Rouanet [orig. 1970].
- Reis, Ana Carla Fonseca (org.) (2008), *Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Centro de Documentação e Referência Itaú Cultural.
- Risler, Julia; Ares, Pablo (2013), *Manual de Mapeo Colectivo: recursos cartográficos críticos para processos territoriales de creación colaborativa*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Sancho Querol, Lorena (2013), "Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXV, 165-188. Consultado a 02.04.2018, em <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1370>.
- Sancho Querol, Lorena (2016), *El patrimonio cultural inmaterial y la sociomuseologia: estudio sobre inventarios*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. Consultado a 03.04.2018, em https://www.academia.edu/34401079/El_Patrimonio_Cultural_Inmaterial_y_la_Sociomuseologia_Un_estudio_sobre_inventarios.
- Sancho Querol, Lorena; Kallio, Kalle; Heinonen, Linda (2017), "Born to Be OPTI: A New Model for Participatory Museum Management", *Nordisk Museologi*, 2, 105-123. Consultado a 04.04.2018, em <https://www.ces.uc.pt/projectos/somus/docs/2017-%20NM-%20OPTI%20Model.pdf>.
- Sancho Querol, Lorena; Sancho, Emanuel (2014), "Imagens que valem mil palavras: a experiência do Arquivo de Memórias do Museu de São Brás", *Cadernos de Sociomuseologia*, 48(4), 7-34. Consultado a 04.04.2018, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4627>.
- Sancho Querol, Lorena; Sancho, Emanuel (2015), "How Can Museums Contribute to Social and Cultural Change?", in Jacob Thorek Jensen; Ida Brændholt Lundgaard (coords.), *Museums: Citizens and Sustainable Solutions*. Denmark: Danish Agency of Culture, 212-231. Consultado a 03.04.2018, em <http://www.youblisher.com/p/1168529/>.

- Varine, Hugues de (2013), As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta.
- VV. AA. (2016), Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.